

Boletim Internacional



Ano VI n° 20 31.05.2006

Começa a luta na Volks

Metalúrgicos iniciam protestos e avaliam impactos do plano da Volks

Os trabalhadores das fábricas da Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP), São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP) fizeram, quarta-feira (31), uma greve de 24 horas. Uma audiência pública já foi convocada pela Assembléia Legislativa de SP para avaliar os impactos do plano de reestruturação da multinacional, que pretende demitir 5,7 mil funcionários.

Os trabalhadores das fábricas da Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP), São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP) promoveram, nesta quarta-feira (31), uma greve de 24 horas. O objetivo foi sair às ruas para pedir a solidariedade da população à luta de resistência contra o plano de demissões e retirada de direitos anunciados pela multinacional alemã.

As paralisações mobilizaram 21 mil trabalhadores, segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), contra as 5.773 demissões anunciadas no Brasil para até 2008. Na planta de São Carlos (SP), a ação de apoio foi parar a produção uma hora em cada turno. Em São Bernardo, os metalúrgicos fizeram uma caminhada pelo centro da cidade.

Conforme o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo, não haverá qualquer tipo de negociação com a empresa que não seja em conjunto com todos os sindicatos que representam os trabalhadores da Volks no país. Além disso, Feijóo afirma que os sindicalistas não aceitarão acordos que envolvam demissões ou flexibilização dos direitos trabalhistas.

Na semana passada, dirigentes sindicais entregaram um documento para que a empresa marque uma reunião única com representantes das cinco empresas. A montadora havia agendado reuniões separadas por regiões com os sindicatos. O líder sindical afirma que as demissões vão tirar de circulação R\$ 191 milhões anuais apenas em São Bernardo.

As cinco plantas da Volks - Anchieta, Taubaté, Curitiba, São Carlos e Resende - envolvem mais de 100 mil trabalhadores diretos e 500 mil indiretos. Das 5.773 demissões anunciadas, 3.672 seriam em São Bernardo do Campo, 1.420 no Paraná e 681 em Taubaté. Deste total, 3.016 demissões ocorreriam ainda neste ano. Entre os demitidos, 85% seriam do setor de produção.

As ações de quarta-feira são apenas o início das mobilizações contra a ofensiva da Volks no Brasil. As greves também fazem parte de uma articulação internacional contra as intenções da multinacional, que já anunciou planos de reestruturação em outras fábricas pelo mundo.

Pacote de Maldades

Os sindicatos apresentaram aos trabalhadores as 13 medidas, chamadas de "pacote de maldades", que a Volks pretende tomar para garantir a redução de 25% de suas despesas. Entre as intenções da empresa, estão o aumento do plano de saúde em 200%, a redução da tabela salarial para os novos contratados em 35%, a terceirização dos serviços, o não-aumento real em 2006 e 2007, apenas uma folga fixa por semana e outra variável e eliminação das pausas da equipe de pintura para descanso.

Feijóo lembrou que, em 1992, a Câmara Setorial, reunindo trabalhadores, empresários e governo, conseguiu incrementar o setor automotivo, onde todos saíram ganhando. "Queremos dialogar para encontrar outras soluções, mas não negociamos postos de trabalho e direitos", concluiu.

Em Taubaté, a paralisação envolveu toda a fábrica. Pela manhã, os trabalhadores fizeram uma caminhada e um ato de protesto durante meia hora na Via Dutra. A manifestação terminou com a chegada da polícia, que prendeu um diretor e um funcionário do sindicato e apreendeu três carros da entidade.



Em São José dos Pinhais, 4.200 metalúrgicos e mais 1.800 trabalhadores em terceiras. Pela manhã, eles realizaram ato no centro da cidade e reuniram-se com o governador Roberto Requião (PMDB), que apóia a mobilização dos trabalhadores e está estudando propostas de retirar os benefícios de impostos da empresa caso ocorram as demissões.

A General Motors de São José dos Campos, que deve ter cortes até junho deste ano, também realizou paralisação por algumas horas. A GM anunciou um plano de otimização que inclui a demissão de 960 funcionários da fábrica de São José dos Campos (SP), a contratação de outros 970 em Gravataí (RS) e outros 300 na unidade de São Caetano (SP). Para reduzir o quadro, a GM abriu ontem o prazo para adesão ao PDV (Plano de Demissão Voluntária), que vai até o dia 6 de junho. O sindicato disse que é contra o plano.

Intermediação do Estado

A Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou nesta terça-feira (30) a realização de uma audiência pública para discutir as demissões na Volkswagen na região do ABC. Foram convidados os presidentes da empresa no Brasil, Hans-Cristian Maerger e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo. A audiência deve acontecer em 10 dias, pois a Comissão ainda aguarda retorno das entidades envolvidas.

O requerimento da audiência é do deputado estadual Mário Reali (PT/SP). Reali, que participou da manifestação em São Bernardo, afirma que "a Volks quer mesmo colocar a faca no pescoço do trabalhador", e que o Estado deve intermediar as negociações.

O deputado, ex-funcionário da General Motors, lembra que cada vez se reduz mais o número de trabalhadores nas fábricas, mas a produção continua crescendo: "A modernização é fundamental, mas daqui a pouco vamos produzir carros para quem? É importante a produção para exportação, mas precisamos pensar na distribuição de renda e riquezas em nosso país".

Reali diz também que já encomendou estudos ao Sindicato, empresa e Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos) para avaliar os impactos que o plano de reestruturação da empresa pode causar na economia brasileira, bem como seus impactos sociais. (Carlos Gustavo Yoda) *(Carta Maior, 31.05.2006)*

Sindicato e CNM/CUT repudiam prisões de dirigente sindical e militante

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (SP) e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) repudiam as prisões de um de seus dirigentes sindicais e de um militante durante o protesto que os trabalhadores da Volkswagen fizeram na manhã desta quarta-feira, dia 31, contra o plano de reestruturação da empresa com demissões e perdas de direitos da categoria.

O diretor do departamento jurídico, Nilson Costa, e o militante João Agostinho permanecem presos no 1º Distrito Policial de Taubaté desde o fim da atividade.

Durante a mobilização, os trabalhadores decidiram paralisar a Rodovia Presidente Dutra como forma de mostrar sua insatisfação ao plano da montadora.

Nesse momento, inspetores da Polícia Rodoviária Federal usaram de força desnecessária para tentar impedir a manifestação dos trabalhadores e atiraram contra eles com balas de borracha.

O dirigente do Sindicato e o militante foram presos pela Polícia Rodoviária de forma injusta e, em uma atitude de perseguição política, os mantêm detidos em uma clara expressão de desrespeito com a classe trabalhadora e seus representantes.

O Departamento Jurídico do Sindicato está tomando as devidas providências para a libertação dos companheiros e afirma que não se intimidará com tais tentativas de intimidação por parte daqueles que desprezam os direitos dos trabalhadores.

População de Taubaté comparece ao ato público

Centenas de trabalhadores e suas famílias, sindicatos da região, vereadores, associações comerciais e outras diversas personalidades e lideranças locais participaram do ato, nesta quarta-feira, prestando seu total apoio à luta em defesa do emprego.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Valmir Marques da Silva, Biro-Biro, lamentou as prisões ocorridas durante a mobilização realizada no período da manhã. 'Essa postura do Capital não vai intimidar a luta dos trabalhadores contra o plano da Volkswagen', afirmou o dirigente.

Para o secretário de organização da CNM/CUT, Valter Sanches, a postura intransigente da justiça de criminalizar os trabalhadores que estão lutando em defesa do emprego não contribui para o aprimoramento das instituições democráticas. 'O direito de greve e manifestação está consagrado na constituição. Se necessário, vamos mobilizar a sociedade pela liberdade dos companheiros', declara o secretário. *(Assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté)*

Senador defende a integração sul-americana

A integração sul-americana, é, para nós, extremamente vantajosa diz Roberto Saturnino

O mundo de hoje, completamente globalizado sob o ponto de vista econômico, apresenta uma tendência clara e insofismável à regionalização das economias nacionais.

A tendência à integração econômica de vários países dentro de uma mesma região busca a melhoria de competitividade das respectivas economias, na medida em que pela integração cresce a produtividade e ampliam-se os mercados internos de cada país.

Todos sabem que a competitividade externa depende, intrinsecamente, de um bom mercado interno que faça avançar a produção e a produtividade. Essa tendência à integração é óbvia.

Entretanto, é preciso ressaltar que, para que haja êxito em uma integração, é necessário que os países que se integram tenham um mínimo de homogeneidade sob o ponto de vista da produtividade econômica, sem o que os países de maior produtividade levam uma vantagem inaceitável em relação aos países de menor produtividade.

Como a integração elimina todas as barreiras de circulação econômica, aqueles países que têm indústrias mais produtivas e mais avançadas vão tomar conta de todo o mercado e liquidar iniciativas porventura existentes nos países integrados de menor economia.

Na Europa, que nos oferece o melhor exemplo de integração exitosa, os seus países mais ricos compreenderam isso muito bem e institucionalizaram formas de subsídio, de transferência de renda, de investimentos públicos em infra-estrutura nos países mais pobres, exatamente para aproximar as produtividades e não exercer um domínio que fosse prejudicial à economia desses países.

O Brasil, apesar da sua dimensão continental, também precisa dessa integração. Nenhum país do mundo hoje prescinde de um certo grau de integração com a região onde está inserido exatamente por causa da feroz competição econômica entre esses países e esses blocos regionais.

Para nós, naturalmente, abrem-se duas possibilidades de integração: a integração sul-americana, ou latino-americana, incluindo a América Central e o México, e a integração pan-americana, através da Alca, que é o desejo da maior economia do nosso continente, a norte-americana.

A hipótese da Alca nos traz o risco da absorção das nossas economias, das nossas iniciativas econômicas pela produtividade.

No momento em que houver livre circulação de produtos de consumo entre Brasil e Estados Unidos, várias das nossas indústrias, que já resistiram bravamente à redução das barreiras unilaterais que o Brasil sofreu no seu período de governo neoliberal, acabariam por sucumbir.

E não só as indústrias, mas também serviços, compras governamentais, empreiteiras. Seria profundamente destrutiva uma integração completa com a economia norte-americana dentro do projeto da Alca, razão pela qual nosso Governo tem procurado introduzir neste projeto, algumas salvaguardas, cláusulas que impeçam essa absorção da economia pelos Estados Unidos.

A hipótese da integração sul-americana, é, para nós, extremamente vantajosa. E pelos passos que já deu, por meio da institucionalização do Mercosul e do esboço da Comunidade Sul-Americana que está se formando, os resultados já aparecem de maneira fantástica.

Basta olhar o crescimento do comércio dentro da América do Sul. O maior parceiro comercial do mundo, hoje em dia, não é os Estados Unidos, nem a Comunidade Européia, mas Comunidade Latino-Americana, que cresceu mais de 300% nestes três últimos anos e ultrapassou todas as marcas de exportação e importação, de comércio externo entre regiões.

O Brasil exporta para a América Latina mais do que exporta para os Estados Unidos, mais do que exporta para a Comunidade Européia. Isso pareceria inatingível há três anos, e, no entanto, está lá, é um dado da realidade.

Entretanto, temos que reconhecer que, para economias menos produtivas, como é o caso da Bolívia, essa vantagem não existe. Existirá até uma desvantagem de absorção, por parte do Brasil, de algumas iniciativas industriais existentes lá.

Por exemplo, o nosso contencioso com a Argentina tem sido grande, porque a Argentina era um país que tinha uma indústria importante, mas a brasileira, mais produtiva, tendeu a prejudicar a

indústria argentina, e foi preciso fazer acertos e concessões por parte do Brasil. Mas, apesar dessas concessões, as vantagens da integração para o Brasil ainda são muito grandes.

É preciso considerar isso e fazer como os países ricos europeus fizeram, tentando remediar ou reduzir as desvantagens das economias menos produtivas da América do Sul nessa integração onde o Brasil entra.

A presença do Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não foi apenas esclarecedora, mas convincente, na medida em que ele mostrou com dados concretos e objetivos todos os benefícios alcançados pelo Brasil no rumo traçado pela nossa política externa, que dá prioridade à Comunidade Sul-Americana.

A Bolívia é um país que tem uma história política complicada, de instabilidade profunda, que perdeu territórios em duas guerras, até para o Brasil, em um processo de negociação, um país que tem ressentimentos e que sempre teve a maioria de sua população, que é indígena, afastada do poder.

Como essa massa de indígenas participa do poder pela primeira vez, através do presidente Evo Morales, falta a ela, por conseguinte, experiência de governo. Devemos reconhecer isso.

O Ministro Celso Amorim se referiu à decisão de nacionalização, à forma como foi feita essa nacionalização, como uma decisão adolescente. Ele quis dizer que foi a decisão de um governo que ainda não tem a experiência, a maturidade necessária para tomar decisões que sejam as mais corretas, mesmo sob o ponto de vista legítimo de defesa dos interesses da nação, historicamente espoliada, como é o caso da Bolívia.

É importante o reconhecimento dessa situação. Em vez de reagir de forma a escalar a emocionalidade e a radicalidade política, o que poderia destruir as relações entre Brasil e Bolívia, o que contribuiria para destruir o projeto de Comunidade Sul-Americana, a forma usada pelo Governo foi a mais racional, a mais objetiva, a mais interessante para o projeto nacional de desenvolvimento.

É claro que o fato suscita dúvidas, especialmente reações daqueles que estão realmente interessados na destruição da relação Brasil-Bolívia, para que a Alca tome, enfim, o lugar da Comunidade Sul-Americana e apareça como a única alternativa.

Do ponto de vista do comércio exterior, sob o ponto de vista das vantagens da integração, o Brasil sai de uma condição de deficitário no comércio internacional, para uma situação de país superavitário.

Cresceram as exportações para a Europa, para os Estados Unidos, enormemente para a América Latina. O projeto de integração com a América Latina é muito importante. No tratamento direcionado à Bolívia, deve-se levar em consideração isso e não se deve fazer o jogo daqueles que querem destruir esse projeto, para que nos entreguemos à Alca.

Se existe um direito internacional, é preciso que esse direito seja fundado em conceitos de justiça internacional também. Não há direito sem fundamento. O fundamento do direito é a justiça, é a ética. É preciso que haja justiça internacional, que não é meramente a justiça dos contratos, mas a justiça do reconhecimento das situações de vantagens e desvantagens que um país leva em relação ao outro.

A consideração desse conceito de justiça é fundamental para a paz do mundo. A paz do mundo só vai se solidificar, só vai se edificar à medida que haja o reconhecimento internacional desses conceitos de justiça internacional.

O Brasil é um país de paz. Nunca aspirou ser potência na guerra. O Brasil sempre aspirou, de Rui Barbosa a Barão do Rio Branco e Afonso Arinos, ser potência da paz, exatamente pelo direito, pela justiça, pelo argumento, pela razão.

Assim, o Brasil deve considerar esses conceitos e levá-los em conta na prática da sua política externa, a começar pelos seus parceiros da América do Sul, que são aqueles que vão integrar o grande projeto de Comunidade Sul-Americana, que está no nosso destino e do qual não devemos fugir, mas nos alinharmos com ele, porque nele está contida a melhor perspectiva de desenvolvimento para o nosso país.

Roberto Saturnino é senador pelo PT do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal. Correio eletrônico: roberto.saturnino@senado.gov.br . (InfoRel, 01.06.2006)

Bem-vindos ao fim da Era Petróleo

O esgotamento das reservas é muito mais rápido que se supunha. Mas o consumo não para de crescer e podem surgir, entre os grandes importadores, disputas pelas fontes que restam

Nicolas Sarkis

Durante os três últimos anos, aumentaram consideravelmente as preocupações com o esgotamento das reservas petrolíferas. Agora, elas não se restringem às importações do Oriente Médio, região de turbulências crônicas. Abrangem o conjunto mundial de produção, refino e transporte de petróleo e gás natural. O sinal de alarme é acionado cada vez mais freqüentemente, tanto pelos dirigentes políticos quanto por especialistas independentes. Em seu último relatório bienal "Perspectivas Energéticas Mundiais", publicado em 7 de setembro de 2005 e relativo ao período de 2004 a 2030, a Agência Internacional de Energia (AIE) expressa um sentimento quase generalizado, ao afirmar que "os riscos para a segurança energética aumentarão muito, em curto espaço de tempo", e que "a vulnerabilidade a perturbações no nível de reservas se acentuará com o aumento do comércio global [1]". Durante seu discurso de ano novo, no dia 5 de abril de 2006, o presidente francês Jacques Chirac, por sua vez, expressou a "necessidade de preparar-se para a era pós-petróleo" como a grande questão do século.

Considerado o principal substituto para o petróleo, o gás natural ainda suscita preocupações, sobretudo depois de o maior exportador mundial, a Rússia, suspender as entregas para a Ucrânia e a Geórgia e as reduzir para a Hungria, Áustria e Itália, por insuficiência de estoque. Essas perturbações foram consideradas sérias o bastante para que o problema da segurança energética dominasse a pauta do encontro do G-8 em fevereiro de 2006, em San Petersburgo.

No discurso sobre o estado da União de 31 de janeiro, o presidente norte-americano George W. Bush preconizou, baseado no habitual apelo à segurança, a necessidade de os Estados Unidos reduzirem sua dependência face às importações de hidrocarbonetos e de "ir além do petróleo". A mesma opinião pode ser ouvida na Europa, onde uma reunião de especialistas em energia, realizada no dia 15 de fevereiro, em Berlim, destacou "o interesse estratégico" na diminuição da dependência européia de importações do Oriente Médio e da Rússia, e no reforço das medidas de segurança que se tornaram "cruciais", segundo Luc Werring, alto funcionário da União Européia.

Mais guerreiros e mais dependentes

Por que todo esse desconforto, quando a águia estadunidense estende suas asas de um extremo ao outro do Oriente Médio, da Ásia Central e da África, e os países exportadores não hesitam em abrir as comportas para enfrentar a rápida aceleração da demanda e evitar uma escassez de oferta?

Esse sentimento súbito e generalizado de insegurança é o oposto do que muitos previam ou esperavam, antes da guerra contra o Iraque e da tomada, por Washington, do país que possui as maiores reservas mundiais de petróleo, depois da Arábia Saudita. Ele também contraria as certezas que prevaleciam logo após a guerra do golfo (1990-1991) e da libertação do Kuwait pelos Estados Unidos e seus aliados.

Nessa época, ficou famosa uma frase James Schlesinger, ex-secretário da Defesa e diretor da CIA (governo Nixon) e ex-secretário de Energia (governo Carter). Ele afirmou, diante do 15º congresso do Conselho Mundial de Energia, (setembro de 1992, Madrid), que, na opinião de altos funcionários do governo de Bush pai, "o povo americano aprendeu com a guerra do golfo que é muito mais fácil e divertido dar um pé na bunda do pessoal do Oriente Médio que fazer sacrifícios para limitar a dependência em relação ao petróleo importado".

Schlesinger explicitou seu raciocínio destacando que, depois da queda da União Soviética e da ameaça soviética às reservas do Oriente Médio, os temores em relação à segurança das reservas de petróleo enfraqueceram consideravelmente nos Estados Unidos. Acotação relativamente baixa do preço do produto, que contribuiu para um aumento do nível de importações e para a queda da produção nacional, não era mais razão de inquietações.

A última constatação é que o cenário mudou profundamente ao longo dos três últimos anos. Ao invés de viabilizar um forte aumento da produção iraquiana e uma conseqüente baixa nos preços, a invasão do Iraque, em março de 2003, foi seguida por uma série de sabotagens, tomou a dimensão

de uma guerra civil e acabou provocando uma baixa na produção de petróleo — de 2,5 milhões para 1,5 milhões de barris [2] por dia, em um dos principais países exportadores.

Aliados a outros fatores, esse fenômeno levou a uma explosão das cotações. Na média calculada pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), elas passaram de 24,36 dólares o barril, em 2002, US\$ 50,58, em 2005.

Um mundo viciado em óleo

Ao contrário das crises de petróleo de 1973-1974 e de 1979-1980, esta alta completamente inesperada e o desconforto com relação à segurança de suprimento não são conseqüências de um embargo, de uma baixa nas exportações ou da utilização do “ouro negro” como arma por determinado país produtor. Ela encontra suas origens numa série de fatores – especialmente nos atentados e na instabilidade política no Oriente Médio, nas tensões em torno do programa nuclear iraniano, nos conflitos étnicos na Nigéria [3]], etc. Há razões ainda mais preocupantes e duradouras, já que envolvem o equilíbrio entre oferta e procura.

Vivemos uma aceleração inesperada do ritmo de aumento das demandas de consumo. Após um crescimento médio de 1,54% ao ano, durante o período 1992-2002, a demanda mundial aumentou 1,93% em 2003 e 3,7% em 2004. Atingiu um recorde de 82,1 milhões de barris por dia em 2005. Em apenas três anos, a demanda por petróleo aumentou em 5,5 milhões de barris por dia. O crescimento foi assombroso especialmente na China, com um salto de 7,6% em 2003 e 15,8% em 2004.

Este aumento da demanda levou os países produtores a extrair até o limite de sua capacidade. Eles não têm como obter mais petróleo. A esse fator adiciona-se a saturação da capacidade de transporte e refino, sobretudo nos Estados Unidos, que aumentou naturalmente a espiral ascendente dos preços.

As estimativas disponíveis, sobretudo as da Agência Internacional de Energia (AIE) e do Departamento norte-americano de Energia (DoE) prevêem um aumento de cerca de 50% no nível mundial de consumo, durante os próximos 25 anos. Isso provocaria um salto de 83,2 milhões de barris/dia, em 2005, para 115,4 milhões, em 2030, segundo a AIE (ou 131 milhões, de acordo com o DoE). Como bem diz um anúncio publicitário recente do grupo norte-americano Chevron Texaco: foram necessários 125 anos para que o mundo consumisse o primeiro trilhão de barris de petróleo, mas serão necessários apenas 30 anos para que se consuma o segundo — o que corresponde ao total das reservas comprovadas.

Como e a que custo poderíamos responder a essa rápida escalada da demanda? A resposta a essa questão depende de duas variáveis: de um lado, a confiabilidade dos números existentes sobre a estimativa das reservas; de outro, o possível aumento da capacidade de produção.

E se as reservas forem ainda menores?

Apesar de não serem novas, as suspeitas a respeito do real volume de reservas foram recentemente reforçadas por revisões para baixo anunciadas por algumas empresas petrolíferas, e por novas estimativas feitas por geólogos independentes. No que se refere aos membros da OPEP, as dúvidas a respeito das estimativas oficiais remontam aos anos 80, quando os países do Golfo Pérsico realizaram, um após outro, reavaliações espetaculares de suas reservas, sem que isso jamais fosse respaldado por novas descobertas, altas de preço ou novos estudos.

Entre 1985 e 1986, os Emirados Árabes Unidos aumentaram a estimativa oficial de suas reservas de 33,9 para 97,2 bilhões de barris. A Arábia Saudita aumentou a sua estimativa de reservas em 50%, levando-a de 169,6 bilhões (1987) para 254,9 bilhões de barris (1988). O Iraque dobrou seus cálculos, que passaram de 32 bilhões de barris (1981) para 65 bilhões (a partir de 1983), chegando depois a 115 bilhões (2001). Esse inchaço das estimativas ocorreu em uma época em que os países-membros da OPEP fixavam suas quotas nacionais de produção essencialmente em função das reservas comprovadas de cada país. Entre 1983 e 1988, o total das reservas estimadas pela OPEP aumentou em 62%, saltando de 470 para 764,4 bilhões de barris. Novas reavaliações, nos mesmos países, elevaram em seguida estas reservas para 896,6 bilhões de barris em primeiro de janeiro de 2005.

Algumas dessas revisões certamente foram conseqüência de novas descobertas, ou de progressos tecnológicos que influenciaram a capacidade de extração. Outras são objeto de desconfiança, mesmo porque a quase totalidade dessas reservas é controlada por empresas estatais, que

recusam qualquer controle ou análise externa. As estimativas oficiais das reservas da OPEP ditas “comprovadas” são superiores em cerca de 400 bilhões de barris às feitas por entidades independentes, entre elas a Association for the Study of Peak Oil (ASPO). Os volumes chamados por alguns especialistas de “barris fictícios”, correspondem a 44% do total das estimativas oficiais da OPEP. Isso evidentemente não significa que os números apresentados pelos órgãos independentes sejam mais próximos da realidade que os anunciados pelos países em questão. De todo modo, a enorme diferença entre os estimativas permite ter idéia da complexidade dos critérios técnicos e econômicos utilizados, e das dúvidas que cercam os dados disponíveis.

As transnacionais também superestimam

Tais dúvidas são reforçadas pelo fato de os números publicados por certos membros da OPEP permanecerem inalterados durante períodos muito longos, como se cada barril extraído fosse miraculosamente substituído naquele instante por uma nova descoberta ou reavaliação. O Iraque, por exemplo manteve sua estimativa em 100 bilhões de barris ao longo de todo o período de 1987 a 1995, quando a elevou para 115 bilhões. Não menos surpreendente é o exemplo do Kuwait, que manteve intacta, entre 1991 e 2002, a estimativa de 96,5 bilhões de barris em suas reservas comprovadas — apesar de uma extração acumulada de 8,4 bilhões de barris, no período. Baseando-se em dados que teriam sido fornecidos por altos funcionários do governo do Kuwait, o semanário americano Petroleum Intelligence Weekly sustenta que as estimativas oficiais são uma mescla de reservas comprovadas, prováveis e possíveis. As reservas realmente comprovadas não passariam de 48 bilhões de barris...

O volume das reservas comprovadas da Federação Russa permanece incerto, devido tanto à falta de transparência das estatísticas do país quanto ao método de avaliação utilizado. De acordo com fontes ocidentais, o volume real das reservas seria de 30 a 40% inferior às estimativas oficiais, de 72,3 bilhões de barris.

Mesmo no que diz respeito às empresas multinacionais, com ações negociadas na bolsa e submetidas a controles contábeis e empresas de auditoria, há fortes dúvidas – sobretudo depois do caso Shell. Depois de uma forte queda na produção de suas jazidas de Yebal, em Omã, e outras perdas em todo o mundo, a companhia teve que reconhecer, em janeiro de 2004, que suas reservas haviam sido superestimadas em algo próximo de um terço. Poucos meses mais tarde, a empresa americana El Paso anunciou também uma reavaliação para baixo em cerca de 11%. Mais recentemente (janeiro de 2006) o grupo espanhol Repsol-YPF teve também que diminuir em 1,25 bilhões de barris suas supostas reservas — isto é, 25% do total do que fora estimado antes. Assim como ocorrera com a Shell, o grupo foi alvo de uma avalanche de ações judiciais por parte de seus acionistas.

Extração supera as novas descobertas

Uma outra causa de preocupação é o fato de que o volume de petróleo extraído do subsolo é, há 20 anos, superior ao volume descoberto. Algumas multinacionais, com dificuldades em manter o nível de produção, compram, quando podem, ativos de outras empresas. O episódio mais recente foi o da ChevronTexaco, que pagou alto preço para adquirir, em 2005, a empresa norte-americana Unocal, cobiçada pela estatal chinesa CNOOC. Sem esta aquisição, a taxa de renovação de reservas da ChevronTexaco não ultrapassaria os 40-45% em 2005.

Junto com a desaceleração das descobertas e com a baixa, lenta mais inexorável, da proporção reservas/extração, um outro risco pesa sobre o mercado do petróleo. Trata-se do declínio na produção, num bom número de países, e da insuficiência de investimentos voltados para desenvolver as novas tecnologias necessárias para o suprimento da demanda.

Por causa da baixa na produção e do aumento de suas necessidades nacionais, certos países, antes grandes exportadores de petróleo, tornaram-se importadores (Indonésia, Egito e Tunísia; sem esquecer, é claro, os Estados Unidos), ou estão em vias de se tornar (Gabão, Omã e Síria). No México, um estudo realizado em 2005 pela companhia nacional Pemex, alerta para o risco de um declínio na extração muito mais rápido que o previsto – principalmente no campo de Cantarell, que, com 2 bilhões de barris, representa cerca de 60% do total da produção no país. No Mar do Norte, a AIE prevê o declínio das reservas, de 6,6 bilhões de barris (2002) para 4,8 bilhões (2010) e apenas 2,2 bilhões (2030).

Este declínio poderia ser compensado a tempo por países exportadores? Não há nada mais incerto. No que diz respeito ao Oriente Médio, cuja produção deveria supostamente dobrar até 2025, para saciar a crescente demanda global, as projeções da AIE e do departamento americano de Energia

parecem ser totalmente irrealistas. Somente a Arábia Saudita pôs em marcha um programa que visa o aumento de sua capacidade — dos atuais 10,8 bilhões de barris dia para 12,5 bilhões de barris dia em 2009. Nos demais países, a situação é bem menos promissora, sobretudo no Irã, Iraque e Kuwait. A situação política no Iraque e as tensões envolvendo o programa nuclear iraniano comprometem a capacidade produtiva desses países. O famoso “projeto Kuwait”, que deveria dobrar a produção do país, avança lentamente há dez anos, enquanto as antigas jazidas de Burgan e de Raudhatain, que totalizam 67% da produção do país, começam a dar sinais de esgotamento.

Nesse contexto, marcado por uma demanda cada vez maior e recursos cada vez mais raros, os principais perigos que rondam a segurança do abastecimento são o desequilíbrio entre a oferta e a procura e a concorrência e risco de conflitos, entre os principais países consumidores. Essa rivalidade explica a corrida em que se lançaram os Estados Unidos, os países europeus, a China, o Japão e a Índia, para pôr os pés nos países detentores de reservas e controlar as rotas marítimas e terrestres entre os centros de produção e as grandes zonas de consumo. A guerra do Iraque, que permitiu a Washington livrar-se da presença francesa, russa e italiana naquele país; o novo oleoduto Bakou-Tbilissi-Ceyhan (BTC); e o recente acordo entre Alemanha e Rússia sobre o gasoduto norte-europeu (GNE), que será construído sob o Báltico, são exemplos de grandes manobras tendo em vista a segurança de abastecimento energético dos países envolvidos.

Depois da crise de 1973/1974, os perigos mudaram de natureza. A palavra embargo foi banida do vocabulário dos países exportadores. Por maior que seja a ironia, são os países industrializados que utilizam o petróleo como arma, contra os países exportadores. Isso se deu, por exemplo, por meio das sanções da ONU contra o Iraque (no período 1990-2003) ou de sanções norte-americanas contra Irã, Líbia — por meio do ato de sanção contra a Líbia e o Irã (ILSA) [4] — e Sudão. Ao contrário do que supõe um preconceito tão absurdo quanto perigoso, há uma verdadeira complementaridade entre os países importadores e exportadores. A legítima preocupação dos primeiros, para garantir suas importações de petróleo e gás, corresponde a não menos legítima e não menos vital preocupação dos segundos, interessados em garantir seus mercados e receitas de exportação, indispensáveis para o desenvolvimento de suas economias. Quanto às divergências sobre os preços, elas mesmas têm se atenuado. A nova tendência de alta favorece uma necessidade imperativa. Ela permite conseguir aprovação para investimentos colossais no desenvolvimento da capacidade de produção e de outras fontes de energia mais caras.

Com o petróleo destinado a se tornar cada dia mais caro e mais raro, o problema da segurança de abastecimento requer um comportamento político bem diferente daquele de trinta anos atrás. Os antagonismos e os riscos de conflitos situam-se hoje bem menos entre os países produtores e os importadores. Concentram-se entre os próprios países importadores, cujo aumento de demanda e o declínio na produção doméstica levam inevitavelmente a depender ainda mais de importações, sobretudo provenientes de países do Oriente Médio. Algumas velhas receitas para a manutenção da segurança, entre elas a diversificação das fontes de abastecimento ou o exercício da pressão sobre os países produtores a fim de se beneficiar de petróleo abundante e barato, tornaram-se ineficazes. Os novos desafios somente podem ser enfrentados mediante relações baseadas no equilíbrio de interesses entre os países soberanos. (Tradução: Leonardo Abreu, leonardoabreu@yahoo.com.br) (*Le Monde Diplomatique*, maio de 2006)

[1] http://www.iea.org/Textbase/press/pressdetail.asp?PRESS_REL_ID=163

[2] 1 barril = 159 litros.

[3] [Ler Jean-Christophe Servant, “Caos e Ira nos campos da Nigéria”, *Le Monde Diplomatique-Brasil*, abril de 2006.

[4] O ILSA foi votado pelo congresso norte-americano em 1996. O projeto estabelece sanções a empresas estrangeiras que investirem mais de 40 milhões de dólares no setor energético iraniano (A Líbia teve o embargo suspenso depois do relaxamento das tensões com os Estados Unidos). Apesar de o texto nunca ter estado em vigor, conseguiu dissuadir algumas empresas de investir no Irã.

**CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT**

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>